



CHARGE Padron

E-mail: padron@atribuna.com.br



Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Redução de cadeiras no Legislativo de PG em pauta

O vereador de Praia Grande Hugulino Alves Ribeiro (MDB) apresentou ontem, durante a sessão da Câmara, o projeto de emenda à Lei Orgânica do Município para reduzir o número de cadeiras no Legislativo de 19 para 15, a partir de 2021. Já estava estabelecido que automaticamente, a partir da próxima legislatura, a Casa teria 21 parlamentares, que é o limite permitido para municípios com até 300 mil habitantes, segundo a Constituição Federal. "Sei que os nobres pares estão preocupados realmente com esse projeto, mas precisamos pensar na situação do nosso país", destacou. Ele afirmou que ao propor essa iniciativa a Câmara estará fazendo a sua "lição de casa". Na avaliação de Ribeiro, a ampliação do número de vagas no Parlamento da Cidade previsto anteriormente é totalmente incompatível com o momento econômico e político que atravessa o Brasil. Caso essa modificação seja aprovada, o Legislativo conseguirá economizar R\$ 4,374 milhões/ano, segundo o vereador.



O governo tem de falar com todos e investir em todo mundo. Não trabalhamos com nenhum preconceito e viés"

Fabio Wajngarten, secretário especial de Comunicação do Palácio do Planalto

Ficaram de fora

A proposta também foi assinada por outros 13 colegas de plenário. Os nomes dos seguintes parlamentares não constam no projeto protocolado ontem na Câmara: Cadu Barbosa (PTB), Marco Antonio de Sousa (PMN), Paulo Emilio de Oliveira (PRB), Romulo Brasil (PSD) e Tatiana Toschi (MDB).

Demandas de sobra

O secretário de Estado da Saúde, José Henrique Germann Ferreira, esteve ontem na Assembleia Legislativa para participar da reunião da Comissão de Saúde e recebeu diversos questionamentos. Um dos integrantes titulares do grupo é o deputado estadual Caio França (PSB).

Diferenças

O socialista quis saber o porquê de o Corujão da Saúde reservar apenas 980 exames de endoscopia, mamografia e ultrassonografia para pacientes da Baixada Santista. Esse número é inferior ao das cotas estabelecidas para outras regiões: 36.600 (Bauru), 48.300 (Presidente Prudente) e 49.360 (São José do Rio Preto).

Sistema falho

Ao consultar as prefeituras da região, ele verificou que há uma demanda reprimida de 25 mil exames. Segundo o secretário, esse número não aparece na Central de Regulação de Vagas do Estado (Cross).

Em aberto

Ainda não estão definidos o dia e a hora que o secretário de Desenvolvimento Urbano de Santos, Júlio Eduardo dos Santos, irá à Câmara para conversar com os vereadores a fim de explicar detalhadamente como é feita a análise dos estudos de impacto de vizinhança de empreendimentos e atividades a serem instalados no Município.



Reforço fundamental

Responsável por comandar a Polícia Civil na Baixada Santista e no Vale do Ribeira, o delegado Manoel Gatto Neto (foto) ficou feliz e ao mesmo tempo surpreso com o anúncio de emendas parlamentares para a corporação.

Isto é incrível

O deputado estadual Professor Kenny (PP) indicou R\$ 100 mil para melhorias e compra de equipamentos para o efetivo santista. "Nunca tinha visto nenhum parlamentar destinar recursos à Polícia Civil", disse o delegado. A verba será liberada nos próximos dias.

Gratidão eterna

Quem também encaminhou emendas parlamentares às unidades policiais locais (R\$ 928,5 mil) foi a deputada federal Rosana Valle (PSB). Ela recebeu a visita de Netto e de outros delegados para agradecer o gesto, o primeiro desse gênero em três décadas.

Debate fundamental

Os integrantes do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CBH-BS) estarão reunidos hoje, a partir das 14 horas, na Secretaria de Educação de Praia Grande. Um dos pontos de pauta do encontro será a análise e a discussão do novo relatório da situação dos recursos hídricos da região.

Delegacia da Mulher em Santos deve ter mais funcionários logo

DDM receberá pelo menos duas novas equipes, dizem políticos que se reuniram com o chefe local da Polícia Civil

DA REDAÇÃO

A Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Santos, que há dois meses tem funcionado 24 horas, deve receber pelo menos duas novas equipes com uma delegada, uma escrivã e uma investigadora cada. É o que se espera após o fim do processo de reclassificação da unidade, de segunda para primeira classe.

Não há prazo para a conclusão do trâmite, segundo a Secretaria Estadual da Segurança Pública. Porém, o deputado estadual Kenny Pires Mendes, o Professor Kenny, e a vereadora Audrey Kleys (ambos do Progressistas) dizem ter ouvido do chefe da Polícia Civil na região, delegado Manoel Gatto Neto, que resta apenas a assinatura do governador João Dória (PSDB) para a reclassificação.

Os dois políticos se reuniram com Gatto e a delegada titular da DDM, Fernanda Souza – que não foram localizados pela reportagem para comentar o assunto.

Na semana passada, Kenny havia apresentado requerimento na Assembleia Legislativa (Alesp) para que a DDM de Santos

A TRIBUNA NÃO ESQUECE

DDM abre 24h sob pedido de avanços

Delegacia de Defesa da Mulher em Santos deve ter maior procura

DA REDAÇÃO

Reforço no atendimento a mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência física, moral e sexual. Com mais de duas semanas de atraso, a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Santos passa a funcionar 24 horas por dia. O horário ampliado da especializada

BAEP EM PG

Prometida na campanha eleitoral, a instalação do Batalhão de Ações Especiais da Polícia (Baep) em Praia Grande não deve sair este ano. O secretário de Segurança Pública, João Camilo Pires de Campos, afirma que a prioridade é levar unidades do tipo para todos os

guarda municipal e dar apoio profissional no atendimento às vítimas.

O prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) destacou que Santos é uma das quatro cidades paulistas com uma DDM 24 horas – as outras, São Paulo, Campinas e Sorocaba. Uma equipe (delegada, escrivã e

27 de março de 2019

Em reportagem publicada no dia seguinte ao início do atendimento 24 horas, o diretor do Departamento de Polícia Judiciária do Interior Seis (Deinter-6), Manoel Gatto Neto, disse que o objetivo, com a ampliação do período, era prestar atendimento “especializado e humanizado às vítimas”. O secretário estadual da Segurança Pública, general João Camilo

Pires de Campos, reconheceu a escassez de profissionais nas polícias Civil e Militar. Sem especificar data, declarou que o Estado abriria processos seletivos para preencher a “lacuna considerável de pessoal”. afirmou, também, que a Delegacia de Defesa da Mulher de Praia Grande seria a próxima da região a ter horário estendido, mas não citou prazo.

tenha o status modificado. Atualmente, a unidade santista está classificada como “segunda classe”, o que impede ampliar o efetivo no local. A exemplo das unida-

des de Campinas e Sorocaba, que também tiveram o horário de atendimento ampliado, a delegacia especializada santista não recebeu novos servidores.



Unidade atende 24 horas desde março, mas com reforços da Capital

EQUIPE PRÓPRIA

A reclassificação da delegacia permitiria que funcionários públicos fossem destacados para o turno da madrugada na unidade. Hoje, esse trabalho é realizado por uma equipe emprestada da Capital.

“Isso significa que a DDM está funcionando de forma precária. Investidores são deslocados para cobrir o atendimento do plantão (noturno), sendo retirados de seu trabalho investigativo”, afirma Audrey Kleys.

Segundo a vereadora, a unidade santista tem um déficit de efetivo em torno de sete profissionais. “Se hoje tivesse um concurso público, a DDM (de Santos) não poderia receber os habilitados.”

A vereadora procurou o deputado, que encaminhou a solicitação. Kenny Mendes confirmou que “a mudança do status possibilitará o reforço no pessoal” e disse esperar que o trâmite acabe nas próximas semanas.

ESTADO

Em nota, a Secretaria da Segurança Pública citou que a DDM está com 24 policiais civis.

Desde o início do atendimento ininterrupto, em 26 de março passado, foram instaurados 127 inquéritos, elaborados 321 boletins de ocorrência, 43 termos circunstanciados e solicitadas 43 medidas protetivas. Oito criminosos foram presos em flagrante.



D-4 | **Social**

A TRIBUNA
www.atribuna.com.br

Quarta-feira 29
maio de 2019



e-mail: barbuy@atribuna.com.br

MARCIO BARBUY

Ademir Pestana gentilmente
convida para a Sessão
Solene em comemoração
ao Dia dos Enfermeiros,
na Câmara Municipal
de Santos, hoje, às 19 horas.



do litoral.com.br

DIÁRIO

INFORMAÇÃO É TUDO

Quarta-feira
29 DE MAIO DE 2019

R\$ 2,00
ANO 20 - Nº 7.181

João de Deus é denunciado por estupro e já soma 9 acusações. BRASIL/PA




PG pode ter 6 vereadores a menos

» Projeto quer reduzir, a partir de 2021, o número de cadeiras na Câmara: das 21 previstas, deverá passar para 15

O Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município foi apresentado pelo Legislativo na sessão de ontem e deve ser votado na próxima semana. Se aprovado, a partir

de 1º de janeiro de 2021, ao invés do aumento automático para 21 cadeiras - uma vez que o número de vereadores deve ser proporcional à população do Município -

deverão ser 15. Atualmente, são 19 parlamentares. A redução garantiria economia anual na ordem de R\$ 4.374.000,00, só com folha de pagamentos. CIDADES/RS

Garçonetes contêm ladrão no Boqueirão

Três garçonetes de um bar no Boqueirão, em Santos, contiveram um assaltante na madrugada de segunda-feira (27) até a chegada da Polícia Militar, que realizou a prisão em flagrante. As funcionárias contaram com apoio de populares para segurar o acusado, que tem 39 anos. Em audiência de custódia, a Justiça converteu a prisão em flagrante em preventiva. CIDADES/RS

PROFESSOR SUBSTITUTO

Câmara de Cubatão aprova contratação sem concurso CIDADES/RS

Homem usa faca e mata 2 no Japão

MUNDO/PA

AEROPORTO DE GUARUJÁ

Plano de Doria atrasaria concessão

A inclusão do aeroporto de Guarujá o pacote de concessões do governo estadual pegou de surpresa a Aeronáutica e a prefeitura da cidade. O município previa a publicação de um edital de privatização do local para os próximos dias. O plano da gestão João Doria (PSDB) tem sido criticado por lideranças locais porque, na prática, significaria um atraso na viabilização do aeroporto e pode impossibilitar ofertas de voos comerciais por companhias aéreas. CIDADES/RS

ITANHAÉM

Jardim Gaivotas recebe ampliação de rede de esgoto CIDADES/RS



Projeto da Ponta da Praia Vereadores apoiam parecer sobre EIV

Embora a Prefeitura de Santos não queira se manifestar a respeito do parecer técnico do Centro de Apoio Operacional à Execução (CAEX), enviado ao Ministério Público de Santos, que coloca em 'xeque' o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), apresentada pela Administração, os vereadores consultados pelo Diário acreditam que documento é esclarecedor. CIDADES/RS



Receita apreende 332 quilos de cocaína em carga de carne

Droga, apreendida no Porto de Santos, seguiria para a Holanda. CIDADES/RS

UPA receberá R\$ 175 mil por mês do Governo

A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Zona Noroeste será habilitada pelo Ministério da Saúde para receber recursos federais de custeio (despesas correntes gerais). O compromisso foi assumido pelo ministro Luiz Henrique Mandetta, durante reunião com integrantes do Conselho Consultivo de Saúde. CIDADES/RS

Ex-PM é julgado por chacina de oito corintianos

Alunos ficam sem comida por falta de merendeiras CAPITAL/RS

PROJETO NOVA PONTA DA PRAIA. Órgão técnico aponta inúmeros problemas

Vereadores reforçam parecer do CAEx

» Embora a Prefeitura de Santos não queira se manifestar a respeito do parecer técnico do Centro de Apoio Operacional à Execução (CAEx), enviado ao Ministério Público de Santos, colocando em 'xeque' o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) apresentado pela Administração para a implantação do Centro de Atividades Turísticas (CAT) dentro do Projeto Nova Ponta da Praia, vereadores acreditam que documento é legítimo.

Presidente das duas comissões de vereadores responsáveis pela avaliação do Projeto, o vereador Sadao Nakai (PSDB) afirma que os apontamentos reforçam suas convicções de que a Comissão Municipal de Análise de Impacto de Vizinhança (Comaiv) se equivocou ao impor o EIV à Prefeitura, quando deveria ser feito pelo empreendedor, que é o proprietário do Centro de Convenções até entregá-lo em condições ao Município.

"O relatório também aponta aquilo que venho denunciando: falta controle social e transparência nos atos do Município. Outro ponto em que venho insistindo é justamente a falta de justificativa do poder público municipal para ofertar ao empreendedor uma área que foi cedida ao município pela União, sem considerar opções locais para a implantação do equipamento. Tudo isso aponta para o fato do EIV ser deficitário", afirma Nakai.

Para o vereador Fabrício Cardoso (PSB), relator de uma das comissões que discute soluções para os impactos provocados pela travessia Santos-Guarujá e outros temas relacionados ao viário da

Ponta da Praia, as obras ainda continuam sem a devida transparência e o parecer é fundamental para nortear as ações da comissão.

"Desde o início, me posicionei a favor da população, cobrando transparência de todo o processo dessa obra. Não sou contra qualquer empreendimento que torne melhor a nossa cidade, desde que aqueles que serão afetados sejam ouvidos".

O vereador destaca a não participação dos representantes de cinco secretarias municipais (Meio Ambiente; Infraestrutura e Edificações; Cultura; Assuntos Portuários, Indústria e Comércio e; Desenvolvimento), na 5ª reunião extraordinária da Comaiv, realizada em 7 de março, onde foi apresentada e aprovada a minuta do Termo de Referência para elaboração do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança.

"Além disso, no diagnóstico apresentado, o EIV se mostrou deficitário. Acompanharei e analisarei o relatório para possibilitar uma avaliação dos impactos urbanos a serem gerados. Acredito no MP. De certa forma, esse órgão tem como tarefa missão semelhante ao Legislativo, no que diz respeito a impedir que o Executivo promova qualquer ação que não tenha como prioridade o interesse da nossa sociedade".

De volta ao Legislativo, o vereador Rafael Ambrósio (PT), que é arquiteto e urbanista, afirma que o CAEx apenas reforça o que já tem sido levantado por outros técnicos que, assim como ele, vem fazendo críticas construtivas ao modo como a Prefeitura conduz o projeto

"Os principais problemas



Parecer mostrou a fragilidade do EIV da Prefeitura sobre o CAT e obras na Ponta da Praia, que preocupam moradores e comerciantes



Sadao Nakai reforça o parecer do CAEx e é acompanhado por Fabrício Cardoso, Ambrósio e Telma

O Nova Ponta da Praia abrange investimentos de cerca de R\$ 130 milhões do Grupo Mendes, cuja relação com a Prefeitura está sendo questionada

estão na falta de transparência, tanto pelo atropelamento do prazo para consulta pública e o não cumprimento da lei federal do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor do Município, como aponta o CAEx. Outro ponto muito problemático é o fato de o projeto ter saído pronto do escritório do Grupo Mendes, ter sido apresentado sem os estudos de impacto de vizinhança gerados pela intervenção, em uma

área onde o mesmo grupo terá seus terrenos superavaliados, e sem que um equipamento como o Centro de Convenções viesse acompanhado de um estudo de viabilidade econômica tendo em vista que será doado à Prefeitura, que terá que arcar com sua gestão".

Telma de Souza (PT) ressaltou que a falta de transparência e a celeridade fora do comum são marcas do Projeto desde

que foi apresentado pela Prefeitura, no início do ano. A ex-prefeita de Santos afirma que o parecer do CAEx aponta superficialidade no EIV. "Quais os reais impactos? Ficamos sem saber. A reunião da Comaiv acontece a portas fechadas e dois vereadores foram impedidos de participar, ato que afronta a autonomia do Legislativo. O que há de tão obscuro que o secretário não possa prestar esclarecimentos?", questiona.

O Nova Ponta da Praia abrange investimentos de cerca de R\$ 130 milhões da iniciativa privada. O pacote de obras está dividido em dois termos de compromisso firmados com o Mendes, com base na nova Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar 1006/2018) que permite alteração no uso do Núcleo de Intervenção e Diretrizes Estratégicas (Nide 4 - Sorocabana), onde está localizado o atual centro de convenções, e no Nide 6 (Clubes). O CAT engloba um centro de convenções e o novo mercado de peixe.

A Prefeitura afirma que não cabe ao Município qualquer posicionamento sobre os apontamentos do CAEx, porque os mesmos foram dirigidos ao MP, autor da ação. Todos os procedimentos e trâmites legais foram observados em todas as etapas do projeto, cujas obras continuam sendo realizadas. (Carlos Rattton)